

O CULTIVO DA SOJA E A SUA EXPANSÃO NO ESTADO DO ACRE

Amanda Figueiredo de Souza ¹
Carlos Estevão Ferreira Castelo ²

RESUMO

A pesquisa analisa a expansão da soja no estado do Acre, com ênfase na região da BR-317, conhecida como Estrada do Pacífico, que conecta o território acreano à fronteira internacional. O estudo busca compreender o processo de transição da pecuária extensiva para a agricultura mecanizada, identificando suas implicações territoriais, socioeconômicas e ambientais. O referencial teórico fundamenta-se em autores que discutem a dinâmica das fronteiras amazônicas, a territorialização do agronegócio e a economia política da agricultura, destacando a noção de fronteira como espaço de disputas e a teoria da modernização conservadora. Metodologicamente, adota-se abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e sistematização de dados secundários, incluindo informações do IBGE, Embrapa, INCRA, MapBiomas e órgãos governamentais. Os resultados evidenciam que a BR-317 funciona como eixo estruturador da sojicultura no Acre, concentrando as áreas de cultivo em Capixaba, Senador Guimard, Xapuri, Brasiléia e Etipaciolândia. A área plantada passou de 1.660 hectares em 2019 para mais de 11.395 hectares em 2023, com projeções de crescimento contínuo. Observou-se também valorização fundiária e substituição de pastagens por lavouras de grãos, acompanhadas de riscos de concentração de terras, exclusão social e pressões sobre áreas de floresta. Conclui-se que a expansão da soja no Acre representa, ao mesmo tempo, uma oportunidade de inserção econômica no mercado global e um desafio para a sustentabilidade ambiental e a inclusão social, exigindo políticas públicas que conciliem desenvolvimento e conservação.

Palavras-chave: soja; fronteira agrícola; agronegócio; Amazônia; Acre.

ABSTRACT

This research analyzes the expansion of soybean cultivation in the state of Acre, focusing on the BR-317 region, known as the Pacific Highway, which connects the state to the international border. The study seeks to understand the transition from extensive cattle ranching to mechanized agriculture, highlighting its territorial, socioeconomic, and environmental implications. The theoretical framework is based on authors who discuss Amazonian frontier dynamics, the territorialization of agribusiness, and the political economy of agriculture, emphasizing the frontier as a space of dispute and the theory of conservative modernization. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, combining bibliographic review, documentary analysis, and the systematization of secondary data from IBGE, Embrapa, INCRA, MapBiomas, and governmental agencies. The results show that BR-317 functions as a structuring axis of soybean production in Acre, concentrating cultivation in the municipalities of Capixaba, Senador Guimard, Xapuri, Brasiléia, and Etipaciolândia. The planted area

¹ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC, amandafigueiredos99@gmail.com;

² Professor Titular de Teoria Econômica da Universidade Federal do Acre – UFAC, carlos.castelo@ufac.br



increased from 1,660 hectares in 2019 to more than 11,395 hectares in 2023, with projections of continuous growth. Land appreciation and the replacement of pastures with grain crops were also identified, along with risks of land concentration, social exclusion, and pressure on forest areas. It is concluded that soybean expansion in Acre represents both an opportunity for economic integration into global markets and a challenge for environmental sustainability and social inclusion, requiring public policies that reconcile development with conservation.

Keywords: soybean; agricultural frontier; agribusiness; Amazon; Acre.

INTRODUÇÃO

A trajetória histórica do Acre evidencia um processo contínuo de transformações territoriais impulsionadas por distintos ciclos econômicos. A ocupação do território, inicialmente marcada pela exploração extrativista da borracha, no final do século XIX, moldou a organização social e econômica local, consolidando a figura do seringueiro e do seringalista como protagonistas dessa etapa. Com o declínio do ciclo da borracha, o espaço amazônico passou a ser reconfigurado pela expansão da fronteira agropecuária, especialmente a partir da década de 1970, sob influência das políticas de integração nacional promovidas pelos governos militares.

Nesse contexto, a fronteira é compreendida como um espaço dinâmico e em constante reorganização, alvo da atuação de múltiplos agentes — estatais, privados e comunitários — que imprimem diferentes racionalidades ao uso do território. Conforme argumenta Becker (2005), a fronteira amazônica constitui-se como um espaço estratégico, ora valorizado como reserva natural, ora como campo de expansão econômica. Mais recentemente, observa-se a emergência de uma nova etapa desse processo: a transição da pecuária extensiva para o cultivo de grãos, em especial soja e milho, fenômeno que vem se intensificando nas regiões localizadas ao longo da BR-317, com destaque para a área de influência de municípios como Capixaba, Senador Guiomard e Xapuri.

O objetivo central deste artigo é analisar a transição da atividade pecuária para a agricultura mecanizada, com foco na expansão da soja, no contexto da nova fronteira agrícola que se consolida no estado do Acre. Pretende-se, de forma crítica, compreender as razões que motivam a conversão produtiva das propriedades rurais, bem como os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes dessa transformação, com ênfase nas implicações para populações tradicionais e trabalhadores da região.

O estudo insere-se em uma pesquisa mais ampla e parte da necessidade de problematizar um processo frequentemente apresentado de forma positiva pelos discursos oficiais e pela



mídia, sem considerar os efeitos colaterais sobre o tecido social local, a sustentabilidade ambiental e as relações de trabalho. A substituição da pecuária pelo cultivo da soja tem gerado impactos como a redução de postos de trabalho, o aumento da vulnerabilidade social de antigos trabalhadores rurais e o avanço do desmatamento, ainda que de forma indireta, em decorrência da migração de pequenos produtores para áreas de floresta virgem.

Como abordagem metodológica, adota-se o método qualitativo, baseado em revisão bibliográfica e análise documental. A pesquisa é orientada teoricamente por autores que discutem as fronteiras produtivas, a territorialização do agronegócio e os efeitos da acumulação capitalista no espaço amazônico, como Becker (2005), Silva (2004) e Gomes (2022). Os dados serão sistematizados e analisados por meio da triangulação entre evidências empíricas, bases secundárias e fundamentação teórica, de modo a oferecer uma interpretação crítica e contextualizada da reconfiguração territorial em curso.

Os resultados esperados buscam demonstrar que a expansão da soja no Acre não se restringe a uma simples modernização produtiva, mas envolve um complexo redesenho das relações sociais, das formas de apropriação do território e dos modelos de desenvolvimento regional. Ao final, apresenta-se uma síntese conclusiva que aponta os limites e contradições desse processo, contribuindo para o debate sobre alternativas mais sustentáveis e inclusivas para a Amazônia.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise crítica de fontes secundárias e na sistematização de dados oficiais. Optou-se por esse método em razão da natureza exploratória e interpretativa do estudo, que busca compreender processos sociais, econômicos e territoriais em curso no estado do Acre.

O procedimento metodológico foi estruturado em três etapas principais:

1. **Revisão bibliográfica:** levantamento e análise de obras clássicas e contemporâneas que tratam da expansão da fronteira agrícola na Amazônia, da territorialização do agronegócio e das teorias sobre desenvolvimento e modernização conservadora. Entre os autores consultados destacam-se Becker (2005), Silva (2004), Gomes (2022) e Porto-Gonçalves (2017), além de estudos específicos sobre o Acre e a região do Alto Acre.
2. **Análise documental:** exame de documentos oficiais, relatórios técnicos e legislações relacionadas ao uso da terra, produção agrícola e políticas públicas voltadas para a agricultura e o meio ambiente no estado. Foram incluídos registros do Governo do



Acre, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e de órgãos de regulação ambiental.

3. **Sistematização de dados secundários:** utilização de informações provenientes de bases estatísticas e institucionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a plataforma MapBiomass. Esses dados foram organizados em séries históricas, possibilitando identificar a evolução da área plantada com soja, a dinâmica de uso do solo e as alterações na estrutura fundiária da região.

A análise dos dados seguiu uma lógica de triangulação, integrando as diferentes fontes de informação com o referencial teórico previamente estabelecido. Essa estratégia metodológica permitiu compreender o processo de transição da pecuária para a agricultura mecanizada não apenas como fenômeno econômico, mas como resultado de múltiplas interações sociais, políticas e ambientais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise da expansão da soja no Acre, especialmente ao longo da BR-317, insere-se em um debate mais amplo sobre as transformações territoriais na Amazônia. O conceito de fronteira amazônica, desenvolvido por Becker (2005), é central para compreender esse processo. Para a autora, a fronteira não deve ser vista apenas como limite geográfico, mas como um espaço dinâmico, onde diferentes agentes – Estado, capital privado e comunidades locais – disputam usos e significados. Nesse sentido, a soja representa mais um capítulo da contínua reconfiguração territorial amazônica, sucedendo os ciclos da borracha e da pecuária extensiva.

A partir da perspectiva da geografia crítica, Santos (1996; 2000) contribui com a ideia de que as redes técnicas – rodovias, portos, sistemas logísticos – desempenham papel estruturador na organização do território. A pavimentação da BR-317 exemplifica essa lógica: ao reduzir custos de transporte e integrar o Acre a circuitos nacionais e internacionais, criou condições objetivas para a expansão da agricultura mecanizada.

No campo da economia política, a teoria da modernização conservadora (Delgado, 2012) ajuda a interpretar o fenômeno da sojicultura acreana. Trata-se de uma modernização produtiva que, embora eleve a produtividade e insira o estado em mercados globais, não altera a estrutura fundiária. Ao contrário, tende a intensificar a concentração de terras e a marginalização de pequenos agricultores, reproduzindo desigualdades históricas.



Outra contribuição relevante é a de Fearnside (2017), que alerta para os impactos ambientais da expansão agrícola na Amazônia, sobretudo no avanço sobre áreas de floresta e na emissão de gases de efeito estufa. Embora os dados mostrem que a soja no Acre inicialmente ocupa áreas de pastagem, há risco de que a pressão fundiária leve à abertura de novas frentes de desmatamento, como já ocorreu em estados vizinhos.

Além disso, autores como Gomes (2022) e Silva (2004) discutem a territorialização do agronegócio na Amazônia, enfatizando como a lógica do capital global se materializa em contextos locais, transformando modos de vida e gerando conflitos socioambientais. Esses estudos reforçam a importância de compreender a soja não apenas como cultura agrícola, mas como vetor de profundas mudanças sociais, econômicas e ambientais.

Por fim, o referencial teórico deste trabalho dialoga com a literatura sobre desenvolvimento sustentável e governança ambiental. O Código Florestal (Lei 12.651/2012) e os compromissos internacionais do Brasil, como o Acordo de Paris (2015), configuram marcos regulatórios que influenciam diretamente a forma como a soja pode se expandir na Amazônia. A questão central, portanto, é se será possível compatibilizar o crescimento agrícola com a conservação ambiental e a inclusão social.

Assim, o referencial teórico adotado articula três eixos principais:

- Fronteira e território – a soja como nova etapa da ocupação amazônica (Becker, Santos).
- Economia política da agricultura – modernização conservadora e integração aos mercados globais (Delgado, Gomes, Silva).
- Socioambiental e sustentabilidade – riscos ambientais e necessidade de regulação (Fearnside, Código Florestal, Acordo de Paris).

Esse arcabouço teórico fornece a base para compreender a expansão da soja no Acre como um processo multifacetado, no qual se entrecruzam dinâmicas produtivas, disputas territoriais e desafios ambientais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A BR-317, partindo de Porto Acre e avançando em direção ao leste e à fronteira, atravessa ou passa nas imediações dos seguintes municípios acreanos: Porto Acre, Senador Guimard, Rio Branco (capital), Bujari/Capixaba (na região metropolitana/adjacências), Plácido de Castro, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia e Assis Brasil. Esses trechos correspondem à chamada Estrada do Pacífico, que conecta o interior produtivo do Acre à fronteira internacional.



Com relação à sojicultura, estudos e relatórios regionais identificam os principais municípios com plantios significativos de soja no sudeste acreano, com destaque para **Senador Guiomard, Capixaba, Rio Branco, Xapuri, Eritaciolândia e Brasília**; Plácido de Castro tem sido citado como um dos maiores núcleos produtores do estado. A maioria das áreas de soja concentra-se às margens da BR-317, onde a topografia plana e o acesso viário favorecem a expansão.

A análise da expansão da soja no Acre, com foco na faixa de influência da BR-317, evidenciou três categorias analíticas principais:

Dinamismo espacial da expansão

Os dados do MapBiomas (1985–2023) e do mapeamento da agricultura mecanizada (SILVA et al., 2022) demonstraram que a agricultura mecanizada no Acre se concentrou, sobretudo, no corredor Capixaba–Senador Guiomard–Xapuri–Brasília, às margens da BR-317. Essa concentração espacial foi confirmada em registros de campo e reportagens oficiais.

Crescimento da área cultivada e municípios envolvidos

De acordo com a Produção Agrícola Municipal (IBGE/SIDRA, 2024), o Acre passou de 1.660 ha de soja em 2019 para 11.395 ha em 2023, distribuídos em oito municípios, entre eles Capixaba, Senador Guiomard, Xapuri e Eritaciolândia, todos na faixa da BR-317. Estimativas da Embrapa (2023/24) projetam uma área de 17,5 mil ha e produção de 60 mil toneladas, indicando uma taxa de crescimento superior a 45% ao ano.

Tabela 1 – Evolução da área plantada de soja (2015–2023) em municípios da BR-317 (ha)

Ano	Capixaba	Senador Guiomard	Xapuri	Brasília	Eritaciolândia	Total corredor BR-317
2015	120	80	—	—	—	200
2019	900	560	100	50	50	1.660
2023	4.300	3.200	1.600	1.100	1.195	11.395

Fonte: IBGE/SIDRA (2024); Embrapa (2023).

Transformações fundiárias e econômicas

O Relatório de Análise de Mercados de Terras do INCRA (2025) apontou valorização significativa de terras ao longo da BR-317, sobretudo no trecho Senador Guiomard–Brasília, com forte conversão de áreas de pecuária em lavouras de grãos. Esse movimento acompanha a pavimentação da rodovia (IPEA, 2002), que potencializou a logística de escoamento e reduziu custos de transporte. Os resultados apontam que a BR-317 constitui um eixo estruturador da



expansão agrícola no Acre, funcionando como vetor de ocupação e reorganização produtiva, em consonância com a perspectiva de Santos (1996) sobre o papel das redes técnicas no ordenamento territorial. A rodovia permitiu o acesso logístico necessário à implantação de lavouras mecanizadas, anteriormente restritas por limitações de transporte e custos operacionais.

Quadro 1 – Municípios da BR-317 e características da expansão da soja

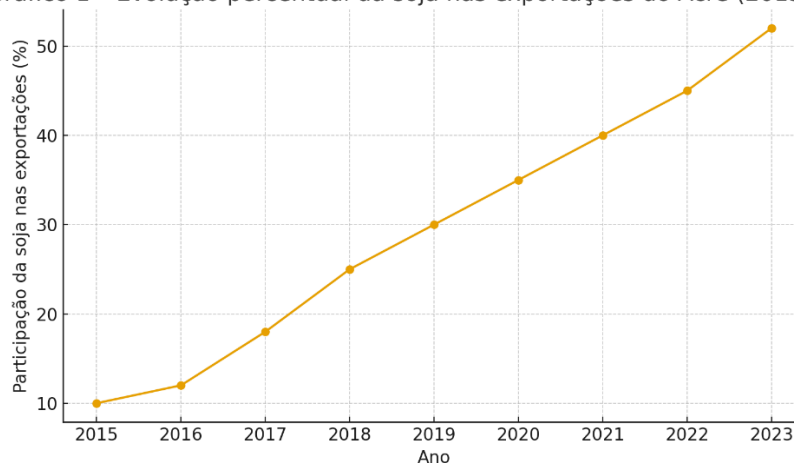
Município	Início do cultivo	Área estimada em 2023 (ha)	Observações
Capixaba	2010	4.300	Polo inicial da soja no Acre; maior área cultivada
Senador Guimard	2012	3.200	Expansão recente; presença de médios produtores
Xapuri	2017	1.600	Avanço em áreas antes destinadas à pecuária
Brasiléia	2018	1.100	Conversão gradual de pastagens
Epitaciolândia	2019	1.195	Fronteira agrícola emergente no extremo da BR-317

Fonte: IBGE/SIDRA (2024); Embrapa (2023).

O crescimento da soja na região segue um padrão já observado em outras frentes amazônicas, como no sul do Amazonas e no Pará (Fearnside, 2017), configurando uma “nova fronteira agrícola” (Becker, 2005). Essa expansão, embora ainda em escala menor do que em estados do Centro-Oeste, mostra elevada taxa de crescimento relativo, reforçando a hipótese de que o Acre caminha para integrar-se às cadeias globais de commodities, veja no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Evolução percentual da soja nas exportações do Acre (2015–2023)

Gráfico 1 – Evolução percentual da soja nas exportações do Acre (2015–2023)



Fonte: Dados compilados de MDIC/SECOM (2023)

A análise fundiária do INCRA (2025) confirma o processo de substituição de áreas de pastagem extensiva por lavouras de grãos, um fenômeno que pode ser interpretado à luz da

teoria da modernização conservadora (Delgado, 2012). Trata-se de uma modernização produtiva que aumenta a produtividade e integra o Acre ao mercado global, mas reproduz conflitos fundiários, concentração de terras e pressões ambientais.

Quadro 2 – Transformações fundiárias e produtivas ao longo da BR-317 (2015–2023)

Aspecto analisado	Situação anterior	Situação atual (2015–2023)	Evidências
Uso da terra	Predomínio de pecuária extensiva	Conversão de áreas de pastagem em lavouras de soja	INCRA (2025); Embrapa (2023)
Dinâmica fundiária	Terras de menor valor, baixa mecanização	Valorização de terras agrícolas e expansão de arrendamentos	INCRA (2025)
Logística	Alto custo de transporte; limitação de acesso	BR-317 asfaltada, integração com rodovia Interoceânica	IPEA (2002)
Estrutura produtiva	Produção local voltada ao consumo interno	Inserção em cadeias globais de commodities (exportação >50%)	MDIC/SECOM (2023)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do INCRA (2025), Embrapa (2023), IPEA (2002) e MDIC/SECOM (2023).

Por outro lado, a expansão da soja no eixo da BR-317 evidencia impactos socioambientais potenciais. MapBiomass (2023) já detecta conversões de vegetação nativa em mosaicos agrícolas, ainda que em escala inicial. Estudos de Silva et al. (2022) reforçam que a proximidade da fronteira agrícola com áreas de floresta contínua exige monitoramento constante para evitar a repetição de processos de desmatamento extensivo já vivenciados em Mato Grosso e Rondônia.

Assim, a discussão sugere que a expansão da soja no Acre deve ser analisada em duas dimensões complementares:

- Dimensão econômica e logística: a BR-317 potencializou a viabilidade da produção agrícola, ampliando exportações e gerando nova dinâmica fundiária.
- Dimensão socioambiental e política: a intensificação do cultivo de soja no corredor exige políticas públicas que conciliem desenvolvimento e conservação, em consonância com o previsto no Código Florestal (Lei 12.651/2012) e nos compromissos climáticos internacionais do Brasil.

Dimensão econômica e logística



A consolidação da BR-317 como eixo de integração territorial foi decisiva para viabilizar a agricultura mecanizada. Antes da pavimentação, concluída em 2002, os custos de transporte inviabilizavam a competitividade de cultivos voltados ao mercado externo (IPEA, 2002). Hoje, a rodovia conecta Rio Branco à fronteira com a Bolívia e ao Corredor Interoceânico, abrindo possibilidades de escoamento para portos peruanos e brasileiros.

Nesse contexto, a soja emerge como commodity estratégica, permitindo ao Acre integrar-se às cadeias globais de produção agrícola. Os dados mostram que a área cultivada saltou de 1.660 ha em 2019 para mais de 11.395 ha em 2023, representando um crescimento exponencial em comparação com outros cultivos tradicionais (IBGE, 2024; EMBRAPA, 2023). Essa expansão repercute diretamente no perfil das exportações estaduais, que passaram a ter a soja como o principal item, com participação superior a 50% em 2023 (MDIC, 2023).

Do ponto de vista da economia política, tal fenômeno pode ser interpretado à luz da teoria da integração periférica aos mercados globais (Santos, 2000), onde territórios antes marginais tornam-se áreas estratégicas para fluxos de commodities. Além disso, a valorização das terras no trecho Senador Guimard–Brasília (INCRA, 2025) reforça a tendência de reconfiguração fundiária, favorecendo médios e grandes produtores com acesso a capital e tecnologia.

Dimensão socioambiental e política

Se, por um lado, a expansão da soja contribui para dinamizar a economia local, por outro, traz consigo desafios socioambientais expressivos. Estudos recentes indicam que a expansão agrícola no Acre já ocorre em áreas antes destinadas à pecuária e, em menor escala, em fragmentos de floresta (SILVA et al., 2022; MAPBIOMAS, 2023). Ainda que a conversão de áreas nativas seja menos intensa do que em estados vizinhos como Rondônia e Mato Grosso, há riscos concretos de avançar sobre a floresta amazônica, caso não haja regulação eficaz.

Nesse sentido, a análise deve considerar o Código Florestal (Lei n. 12.651/2012), que estabelece percentuais mínimos de reserva legal de 80% na Amazônia. A expansão desordenada da soja pode tensionar esses limites, principalmente diante da valorização da terra e da pressão de arrendamentos. Além disso, compromissos internacionais do Brasil, como o Acordo de Paris (2015), exigem que o crescimento da agricultura esteja articulado a estratégias de baixo carbono, sob pena de comprometer a credibilidade internacional do país (Fearnside, 2017).



Do ponto de vista social, a modernização produtiva via soja no Acre insere-se na lógica da modernização conservadora, em que a mecanização e a inserção em mercados globais ocorrem sem redistribuição fundiária, reforçando desigualdades no acesso à terra e no uso dos recursos naturais. Pequenos agricultores tendem a ficar à margem da dinâmica da soja, sendo empurrados para nichos de subsistência ou pressionados por arrendamentos.

A expansão da soja no Acre, impulsionada pela BR-317, constitui ao mesmo tempo uma oportunidade econômica e um desafio socioambiental. Trata-se de um processo típico das fronteiras agrícolas amazônicas: a chegada da infraestrutura de transporte reconfigura o uso da terra e introduz uma lógica de produção orientada para o mercado global. Contudo, sem políticas públicas adequadas, corre-se o risco de repetir trajetórias já verificadas em outras partes da Amazônia, como o avanço do desmatamento, a concentração fundiária e a exclusão social. Assim, a discussão não deve ser apenas sobre quanto a soja cresce, mas como cresce e sob quais condições institucionais e ambientais. O desafio colocado ao Acre é conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação da floresta amazônica e a inclusão social, construindo um modelo de expansão agrícola que seja sustentável e socialmente justo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do avanço da sojicultura ao longo da BR-317 no Acre evidencia que este processo não se limita a uma mera ampliação da fronteira agrícola, mas representa uma reconfiguração estrutural do território acreano. O estudo mostrou que a pavimentação da rodovia e a inserção do estado em circuitos logísticos nacionais e internacionais foram decisivas para transformar áreas antes destinadas à pecuária extensiva em espaços de produção mecanizada voltados para o mercado global.

Os resultados apontam para um crescimento acelerado da área plantada, acompanhado da valorização fundiária e da intensificação das exportações. Tais transformações corroboram a interpretação de que o Acre caminha para integrar-se às cadeias de commodities, aproximando-se de trajetórias já observadas em outras regiões amazônicas. No entanto, também evidenciam contradições: a modernização produtiva, embora traga ganhos econômicos, tende a reproduzir desigualdades sociais, concentrar terras e aumentar a pressão sobre os ecossistemas.

Dessa forma, as análises indicam que o grande desafio para o Acre consiste em conciliar o dinamismo econômico com a conservação ambiental e a inclusão social. Esse equilíbrio demanda políticas públicas capazes de regular o uso da terra, assegurar a observância do Código Florestal, fortalecer a agricultura familiar e criar mecanismos de governança que evitem a repetição de padrões de desmatamento e exclusão verificados em outros estados amazônicos.



Assim, este trabalho contribui ao sistematizar dados empíricos recentes e ao oferecer uma leitura crítica da expansão agrícola no Acre. Destaca-se a necessidade de pesquisas que integrem análises socioambientais, geoespaciais e econômicas em maior escala temporal, de modo a compreender não apenas a velocidade do crescimento da soja, mas também seus impactos cumulativos sobre a floresta e as populações locais. Além disso, investigações sobre alternativas sustentáveis de desenvolvimento — como sistemas agroflorestais, certificações socioambientais e modelos híbridos de produção — podem abrir novos caminhos para o debate sobre a fronteira agrícola amazônica.

Assim, conclui-se que a expansão da soja no Acre, especialmente ao longo da BR-317, constitui ao mesmo tempo uma oportunidade e um desafio. O futuro desse processo dependerá das escolhas políticas e institucionais que orientarão o uso do território, podendo consolidar um modelo de desenvolvimento excludente ou, ao contrário, abrir espaço para uma agricultura mais sustentável, inclusiva e alinhada às demandas socioambientais do século XXI.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **ESTUDOS AVANÇADOS**, v. 19, n. 53, 2005.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: BRASIL. **Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n. 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 maio 2012.
- CASTRO, César Nunes de. **A AGROPECUÁRIA NA REGIÃO NORTE: OPORTUNIDADES E LIMITAÇÕES AO DESENVOLVIMENTO**. Texto para discussão DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965–2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1836.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025
- EMBRAPA. **Acre: soja e milho – perspectivas de safra 2023/2024**. Rio Branco: Embrapa Acre, 2023.
- FEARNSIDE, P. M. **Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle**. Acta Amazonica, Manaus, v. 47, n. 4, p. 311–366, 2017.
- Garamond, 2009, 172 p.
- GOMES, C. A. **Agronegócio e território na Amazônia: fronteiras produtivas e conflitos socioambientais**. Belém: UFPA, 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal (PAM): Soja, 2010–2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 set. 2025.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de análise de mercados de terras – Acre, 2025**. Brasília: INCRA, 2025.



- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação da pavimentação da BR-317 e seus impactos socioeconômicos**. Brasília: IPEA, 2002.
- MAPBIOMAS. **Coleção 8.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso do Solo do Brasil**. Projeto MapBiomass, 2023. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 06 set. 2025.
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Exportações brasileiras – Acre (2015–2023)**. Brasília: MDIC, 2023. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br>. Acesso em: 06 set. 2025.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, J. G. **Expansão da fronteira agrícola e modernização da agricultura brasileira**. São Paulo: Edusp, 2004.
- SILVA, Silvio Simione da. **Na fronteira agropecuária Acreana**/Silvio Simione da Silva Presidente Prudente [s.n]; Rio Branco: UFAC-Laboratórios de Estudos Urbanos, populacionais e agrários em Geografia LEUPAG-Depto. Geografia, 2003.